



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta quinta-feira

22/01/2015

Pelo menos 36 pedidos de habeas corpus dos 11 executivos de empreiteiras investigados pela operação “lava jato” foram indeferidos pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça desde 14 de novembro — quando foram decretados 36 mandados de prisões preventiva e temporária, além de conduções coercitivas, de suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção. Do total, uma minoria de pedidos foi indeferida liminarmente, o que significa que nem chegou a ter méritos apreciados. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Delação premiada

Nesta quarta-feira (21/1), a Justiça Federal anexou os termos do acordo de delação premiada do doleiro Alberto Youssef. O acordo prevê que Youssef transfira para a União uma série de bens, entre imóveis, veículos e participações em empresas. Os bens foram alienados logo após a assinatura do acordo com o Ministério Público Federal. O documento ainda diz que Youssef ficará, no máximo, cinco anos preso e progressão diretamente para o regime aberto, sem passar pelo semiaberto. As informações são do portal **G1**.

Envolvimento de autoridades

Quando homologou o acordo de delação premiada de Alberto Youssef, em dezembro, o ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki destacou que há indício de envolvimento “de várias autoridades detentoras de prerrogativa de foro perante tribunais superiores, inclusive de parlamentares federais”. “Dos documentos juntados com o pedido é possível constatar que, efetivamente, há elementos indicativos, a partir dos termos do depoimento (de Youssef), de possível envolvimento de várias autoridades detentoras de prerrogativa de foro perante tribunais superiores, inclusive de parlamentares federais, o que atrai a competência do Supremo Tribunal Federal”, assinalou o ministro. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Recuperação judicial

Além da Alumini Engenharia, que teve recuperação judicial aprovada, três outras empresas que prestam serviços à Petrobras e também citadas na “lava jato” estão em processo falimentar. No ano passado, já haviam entrado com pedido de falência a Fidens (em março), a Jaraguá Equipamentos (em julho) e a Iesa Óleo e Gás (em setembro), antes mesmo de figurarem na lista das 23 empreiteiras investigadas que estão impedidas de entrar em licitação da estatal. “A crise é gravíssima e vai ter efeito cascata se a Petrobras não mudar o tratamento no pagamento dos aditivos”, diz Ricardo Tosto, advogado da Alumini. As informações são da colunista Mônica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**.

Fórum incendiado

Fórum do município de Buriti (MA) foi incendiado por um grupo de moradores. Eles se revoltaram com a decisão do juiz Jorge Antônio Sales Leite, que negou o pedido de cassação do prefeito Rafael Mesquita Brasil (PRB) e de seu vice, Raimundo Nonato Mendes Cardoso, o “Raimundo Camilo”, também do PRB. O prefeito é acusado de compra de votos nas eleições de 2012 e de improbidade administrativa, por falta de prestação de contas durante sua gestão. As informações são do jornal **O Globo**.

Ato isolado

Em entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**, o juiz Jorge Antônio Sales conta como conseguiu fugir da multidão. Ele conta que, após invadirem seu gabinete, ele pegou sua arma e pediu calma. O juiz diz que a situação só se acalmou depois da chegada dos policiais. O juiz Jorge Antonio Sales diz que não deixará Buriti. “Foi um ato isolado”, afirma.

Tributação de seguro

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) definiu que o seguro de responsabilidade civil para executivos não deve ser tributado. De acordo com o relator, conselheiro Thiago Tabora Simões, o seguro protegeria os executivos da

companhia de arcar com custos por eventuais responsabilidades cíveis, fiscais ou criminais decorrentes de suas atividades. O benefício seria aplicado, por exemplo, caso algum executivo fosse condenado a pagar multas ou considerado responsável solidário por uma dívida tributária da empresa. Para Simões, o seguro não tem caráter remuneratório, pois seria pago para o trabalho, e não pelo trabalho. "É estar trabalhando que gera a necessidade do seguro para se proteger", afirmou. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Envio de informações

O plenário do Tribunal de Contas da União derrubou uma tentativa da Petrobras e do ex-presidente da estatal José Sérgio Gabrielli de barrar as investigações sobre a rede de gasodutos Gasene, construída por uma empresa paralela estruturada pela Petrobras. O TCU já havia enviado cópia da auditoria nas obras ao Ministério Público Federal e à PF, responsáveis pelos desdobramentos da operação "lava jato", que investiga corrupção na Petrobras. A estatal e Gabrielli tentavam anular o envio de documentos que registram superfaturamento superior a 1.800% em trechos dos gasodutos, além de pagamentos sem a execução dos serviços, ausência de projetos básicos e dispensas ilegais de licitação. As informações são do jornal **O Globo**.

Prevenção da corrupção

Um dos alvos das investigações da operação "lava jato", a Transpetro, subsidiária de logística da Petrobras, anunciou aos funcionários esta semana a criação de um programa interno para evitar casos de corrupção. Serão modificadas as regras de conduta na relação com fornecedores e o padrão para a apuração interna de irregularidades. O Programa Transpetro de Prevenção da Corrupção (PTPC), aprovado pelo Conselho de Administração da empresa no fim de dezembro, é um desdobramento do programa similar da Petrobras. As informações são do jornal **O Globo**.

Financiamento estudantil

A Federação Nacional das Escolas Particulares protocolou mandado de segurança coletivo contra o Ministério da Educação pedindo a suspensão das novas regras de financiamento estudantil (Fies). Na ação pede que seja concedida uma liminar suspendendo as mudanças no Fies feitas pelo MEC na última semana de dezembro. O grupo contesta duas portarias do Ministério. Uma delas dificultou o acesso de estudantes ao Fies e a outra mudou a forma como as companhias são remuneradas. Segundo a federação, as mudanças não poderiam ter sido feitas por portaria. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Beijo gay

A dona de um restaurante localizado na Baixada Santista foi condenada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo a pagar R\$ 20 mil de indenização para um casal após criticar os dois por conta de um beijo gay. De acordo com os autos, os dois namorados trocavam um beijo rápido enquanto almoçavam quando foram repreendidos pela proprietária, na frente de outros clientes. Nos autos, o relator Alexandre Bucci justifica que a abordagem discriminatória, feita de maneira discreta ou não, por si só fere a dignidade e a honra do ofendido. As informações são do portal **G1**.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2015-jan-22/noticias-justica-direito-jornais-quinta-feira-92-2/>